
24ª. Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às 14h30, de forma virtual, por meio da plataforma Zoom, realizou-se a 24ª reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro. Participaram da reunião os seguintes membros do Comitê: Eduardo Bustamante, membro titular (Norsk Hydro Brasil); José Edson Maciel, membro titular (Alunorte Alumina do Norte do Brasil S/A); Eduardo Gonçalves, membro titular (Ministério Público Federal – MPF); Marcos Lobato, membro suplente (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de Barcarena); Mário Santos, membro titular, e Vera Nascimento, membro suplente (1ª Representação da Sociedade Civil); Jackeline Sales, membro titular (2ª Representação da Sociedade Civil); Fátima Solange, membro titular, e Fabiano Azevedo, membro suplente (4ª Representação da Sociedade Civil); Rozemiro Brito, membro titular, e Amauri Figueiredo, membro suplente (5ª Representação da Sociedade Civil); Elidiane Cardim, membro titular (6ª Representação da Sociedade Civil); Rosa Maria Dias da Silva, membro titular (7ª Representação da Sociedade Civil); Elisomar Barreto, membro titular (8ª Representação da Sociedade Civil); Vagner Ferreira, membro titular, e Ereny Barbosa, membro suplente (10ª Representação da Sociedade Civil). Também estiveram presentes, na condição de convidados pela Norsk Hydro Brasil: Diogo Chevalier (Gerente de Meio Ambiente), Andressa Santa Brígida (farmacêutica-bioquímica consultora técnica) e Flávio Zambrone (médico toxicologista consultor técnico). Justificaram a ausência: Renato Belini de Oliveira Costa (Ministério Público do Estado do Pará MPPA); Juliana Nobre (Prefeitura Municipal de Barcarena) e Rosenilda Evangelista (2ª Representação da Sociedade Civil). Além destes participantes, representando a secretaria executiva do Comitê, estavam as seguintes pessoas: Edane França Acioli, Paulo Pantoja e Raphael Castro (IEB). Os membros presentes receberam a formalização do convite via e-mail expedido pela secretaria executiva do Comitê, em 25 de maio de 2022, onde também constava a data e a pauta desta reunião, aprovadas durante a reunião do dia 29 de março de 2022. Antes do início da pauta, Edane Acioli fez uma breve explicação com instruções iniciais acerca da dinâmica de reuniões em espaços virtuais. Dando início aos trabalhos, é declarada a abertura da 24ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC. Adentra-se no primeiro ponto de pauta: **1) Temas ordinários. 1.1) Informes.** Neste momento são anunciados os nomes dos novos membros eleitos da 10ª representação da sociedade civil, Vagner Cardoso Ferreira e Ereny dos Anjos Lima Barbosa, que passaram por um processo de mobilização social virtual, em março e abril de 2022, representando as comunidades das ilhas Mucura, Arapiranga e Ilha das Onças, de Barcarena (PA). Em seguida, passa-se para o ponto **1.2) Aprovação da ATA da 23ª Reunião (29.03.2022).** Edane informa que não houve pedidos de revisão dos membros. Após manifestações de concordância com o texto, a ata foi considerada aprovada pela maioria. Passa-se para o ponto **1.3) Leitura dos encaminhamentos pendentes: 1.3.1) Estruturação e funcionamento do Comitê de Acompanhamento (Regimento Interno).** Edane informa que houve o compartilhamento do documento com os membros da sociedade civil em 14 de maio e que, aguardam das contribuições da sociedade civil para consolidar o

documento e enviar aos membros do Comitê. **1.3.2) Cartão alimentação.** No dia 25 de maio, a Hydro compartilhou um comunicado oficial, via e-mail, com o Comitê e signatários, informando que a última parcela do cartão seria depositada no dia 28 de maio. E que a próxima ação dos signatários é verificar se haverá ou não alguma parcela residual dos pagamentos. Informou também que, até o dia 4 de julho, no Cabana Clube em Barcarena, os cartões estarão disponíveis para entrega para quem ainda não recebeu. **1.3.3) Cláusula 2.1.4 do TAC** (Investimento de até R\$ 5 milhões na criação e implantação de sistemas alternativos de tratamento e distribuição coletiva de água potável ou outra solução técnica viável). Edane informa que no dia 29 de maio, a Procuradora da República, Maria Olívia Pessoni, enviou um e-mail aos membros do Comitê, informando o histórico das discussões sobre o tema, os últimos procedimentos sobre as Consultas Prévias, Livres e Informadas às comunidades quilombolas e sobre os diálogos feitos com a Prefeitura de Barcarena e com a concessionária Águas de São Francisco, desde dezembro 2021 até 19 de maio 2022. Mário Santos, titular da representação 1, também respondeu ao mesmo e-mail, informando que não houve nenhum contato com a representação das comunidades quilombolas e populações tradicionais, a qual ele representa, por parte da Prefeitura de Barcarena, da Agência Reguladora de Serviços Públicos (ARSEP) ou da concessionária Águas de São Francisco para agendamento das consultas nas comunidades. Existe ainda uma reunião pendente entre a concessionária e os membros da sociedade civil para tratar de dúvidas sobre o cronograma de expansão dos serviços, a ser agendada. **1.3.4) Termos de Referência para contratação de auditorias independentes.** Reforça-se que no dia 16 de março houve o lançamento do site específico sobre o TAC Hydro, onde há atualizações constantes sobre os Termos de Referência, com status das análises e aprovações, assim como das etapas de contratação. Especificamente sobre o Termo de Referência 2.1.1C do TAC, em 10 de maio foi enviado um e-mail aos signatários com questões levantadas na 23ª reunião do CA e o tema será tratado no próximo ponto da pauta sobre a atualização das cláusulas do TAC. E o encaminhamento **1.3.5) Plano de Aplicação para o recurso das multas depositados no FEMA.** Durante a 23ª reunião não foi possível tratar o tema de pauta, ficando agendada uma reunião extraordinária para o mês de maio. No entanto, a reunião foi adiada, sendo sugerida uma reunião preliminar do comitê gestor específico que trata do plano de aplicação junto à Semas. A apresentação que seria feita durante a 23ª reunião do Comitê pela Semas, foi compartilhada por e-mail no dia 17 de maio com os membros. No dia 18 de maio, a Semas compartilhou com os membros do CA a ata da reunião do comitê gestor do plano de aplicação, realizada em 24 de fevereiro. E no dia 30 de maio, a representação 2 da sociedade civil enviou um comunicado à Semas com cópia ao CA apresentando considerações e sugestões sobre o Plano de Aplicação das multas depositadas no Fema. Após a atualização dos encaminhamentos, os membros se manifestaram apresentando questões e sugestões. Jackeline Sales faz duas perguntas: o que ocorrerá com os valores dos cartões de pessoas que não comparecerem para retirá-los por algum motivo? E, se essa questão de prazo para retirada dos cartões e apuração de saldo foi acordada entre os signatários? Edson Maciel responde que no comunicado do dia 25 de maio, essa questão foi apresentada, explica que há um prazo que foi acordado para a entrega dos cartões, que é até o dia 4 de julho, caso haja pessoas que não compareçam para retirar o cartão, o saldo será apurado, sendo redistribuído entre as pessoas que já receberam seus cartões. Por isso, orienta-se as pessoas que estão em posse de seus cartões e que receberam a terceira parcela no dia 28 de maio, que guardem

até o final de julho, por conta da possibilidade de um possível saldo residual a depender da sobra de cartões que não sejam retirados no prazo. Completa ainda, dizendo que o prazo e os procedimentos para a entrega dos cartões foram acordados entre as partes signatárias. Vera Nascimento apresenta uma consideração, dizendo que, caso houvesse uma lista com o nome das comunidades e das pessoas que não foram receber o cartão, as comunidades poderiam apoiar na identificação das pessoas, mesmo antes de 4 de julho. **Sugere que, antes de se fazer a apuração dos cartões não entregues e redistribuir saldo, que sejam informados os nomes das comunidades de onde são as pessoas e a quantidade de cartões de cada comunidade.** Também **sugere que seja prorrogado o prazo de entrega dos cartões e que se ampliem as formas de divulgação nas comunidades.** Amauri Figueiredo e Mário Santos também concordam com Vera sobre a sugestão de divulgar uma lista com os nomes das pessoas para que as comunidades possam contribuir na identificação. Edson Maciel esclarece que essa questão de lista com nomes foi debatida entre os signatários e que, por conta da lei geral de proteção de dados, não seria um procedimento a ser adotado. Mas, que a sugestão pode ser registrada como encaminhamento para as partes fazerem as devidas devolutivas formais ao Comitê. Na sequência, passou-se ao ponto principal da pauta: **2) Atualização de Item do TAC, ponto 2.1) Detalhamento do termo de referência relacionado ao item 2.1.1C do TAC (Desenvolvimento de avaliação epidemiológica, clínica e laboratorial das comunidades que compõem as representações de interesse do TAC).** Os convidados pela Hydro, Diogo Chevalier, Andressa Santa Brígida e Flávio Zambrone apresentaram este ponto de pauta. Inicialmente, Diogo Chevalier retoma a cláusula do TAC e seus termos acordados para a contratação das auditorias independentes. Explica que as auditorias independentes são estudos em diversos campos, como socioeconômico, ambiental, epidemiológico de saúde, que estão no item 2.1.1 do TAC. Após essas auditorias, com os resultados, se fará uma segunda etapa, que é a análise integrada, que cruzará os itens com o da saúde, verificando se é comprovada a associação de eventos; em seguida tem-se a terceira etapa, que é o cadastramento da família impactada, com o estabelecimento da compensação indicada no TAC; ou ainda, caso não haja nenhuma associação de eventos, tem-se o relatório final com as conclusões que serão apresentadas. Em seguida, Andressa Santa Brígida continua a apresentação, explicando que será feita a contratação de uma auditoria independente que fará o desenvolvimento da avaliação epidemiológica, clínica e laboratorial de comunidades potencialmente atingidas pelos supostos efluentes em apuração desde fevereiro de 2018, a partir da planta industrial da Alunorte, mediante a adoção de parâmetros de amostragem, metodologia científica validada, a ser realizada por instituição de comprovada expertise neste tipo de atividade, mediante aprovação de um protocolo de pesquisa pelo comitê de ética e pesquisa em seres humanos. Continua explicando que a epidemiologia é uma área da saúde que estuda a **distribuição** e os **determinantes** de doenças ou **condições** relacionadas à saúde de populações específicas. Os estudos epidemiológicos incluem: vigilância, observação, pesquisa analítica, experimentação para justamente entender a **distribuição**, análise por tempo, local e características de indivíduos. Os **determinantes** seriam todos os fatores físicos, biológicos, sociais, culturais que influenciam a saúde. E as **condições** relacionadas à saúde incluem doenças, causas de mortalidade, hábitos de vida (como tabagismo, dieta, atividade física) e a provisão do uso de recursos, como os serviços de saúde e medicamentos. E os **determinantes de saúde** são fatores sociais, econômicos, culturais,

étnicos, raciais, psicológicos e comportamentais, que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de riscos em populações, definindo então as condições de vida de um indivíduo. O modelo utilizado para determinantes em saúde, que destacam esses fatores não clínicos sobre a situação de saúde de indivíduos é o modelo desenvolvido por Dahlgren e Whitehead. Acrescenta que, o serviço elencado no estudo epidemiológico será dividido em duas etapas: **A etapa um** compreende uma revisão de literatura e pesquisa de dados secundários de saúde da população estudada disponíveis sobre a região, como dados de entidades e instituições que estejam publicados. Nessa etapa também há a elaboração do protocolo de pesquisa, que é enviado ao sistema CEP/CONEP (Comitê de Ética em Pesquisa/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa para Pesquisa Científica) para avaliação e aprovação. **A etapa dois** é a execução do protocolo de pesquisa, após aprovação pelo comitê de ética e pesquisa em seres humanos, compreende a coleta dos dados, avaliação clínica, laboratorial e tabulação dos resultados em uma ou mais fases da pesquisa de campo, de acordo com os resultados encontrados e no tratamento de dados, e por fim, análise de associações e elaboração do resultado final. Andressa Santa Brígida ressalta que a contratada deverá ser totalmente independente e imparcial, e deverá atuar de maneira técnica e científica, expressando as suas análises de maneira objetiva nas etapas previstas com base nos resultados apresentados pelo estudo. Concomitante e logo após à apresentação, os convidados responderam questões que foram elaboradas pelo Comitê durante a 23ª reunião, enviadas antecipadamente aos signatários, conforme segue: **1) Qual é a área geográfica a ser atendida no âmbito da auditoria dos estudos epidemiológicos?** Diogo Chevalier explica que será uma mesma área para todos os termos de referência, de forma a se obter o mesmo entendimento nos estudos, em especial na análise integrada. Indica que é uma área de mais de 1.000 quilômetros quadrados, com raio superior a 30 quilômetros desde o empreendimento e que, inicialmente, partiu-se de um raio de 10 km, que é um padrão pela legislação federal, mas, depois estendeu-se essa área de acordo com a região; **2) Os estudos epidemiológicos também abrangerão as comunidades indiretamente atingidas ou somente as diretamente atingidas?** Andressa responde que, com relação à população a ser estudada, será indicada na forma de amostragem dentro da área de abrangência do estudo, considerando alguns critérios, como: gênero, local de habitação, idade, ocupação e origem. Após essa estratificação da população, será realizada a definição dos indivíduos que serão considerados nessa amostragem, definidos de forma aleatória, conforme metodologia indicada no protocolo de pesquisa. Reforça-se que a participação no estudo não é obrigatória, quer dizer, as pessoas que forem eventualmente selecionadas, de acordo com os critérios de amostragem, podem se recusar a participar. Diogo conclui explicando que não é possível pré-definir quantas pessoas farão parte dessa amostra, pois depende do avanço de etapas da pesquisa, que inicialmente pode definir uma amostra, mas, podendo incluir um grupo adicional de pessoas, até se ter um quantitativo estatístico significativo para a pesquisa. Flávio Zambrone complementa que, as pessoas selecionadas para o estudo e que não desejem participar, terão que ser substituídas por outras na mesma categoria ou estratificação estabelecida, para se garantir obrigatoriamente o mesmo quantitativo da amostra. Assim, no protocolo há critérios de inclusão e de exclusão de pessoas no estudo, tais como: o tempo que a pessoa mora no local, tipo de atividade exercida, se o trabalho está relacionado com alguma atividade que pode interferir nos resultados laboratoriais; **3) Qual será a metodologia usada para avaliar a presença de**

metais pesados nos comunitários atendidos, visto que o evento aconteceu há mais de 4 anos? Flávio Zambrone explica que a metodologia que se vai usar, aplica-se à avaliação da presença de metais pesados atrelados ao evento de 2018. E essa metodologia deve ser proposta pela empresa, instituição, universidade ou centro de pesquisa que será contratado para o estudo, pois, não cabe aos signatários definirem a metodologia. Mas, a metodologia apresentada deve ser validada pelas partes, assim, o termo de referência apresenta os critérios e as linhas gerais para que seja feito um estudo de forma correta; 4) **Qual ou quais serão os tipos de materiais biológicos a serem coletados durante os estudos epidemiológicos, por exemplo: cabelo, sangue e/ou outros?** Flávio Zambrone detalha que, pode ser feita uma avaliação pelo exame clínico, anamnese, exame médico, e a coleta de exames pode ser de sangue, urina, e até biopsia, de tecido, ou outro material que seja significativo. Explica que há limitações entre os diversos materiais, e essas limitações são diferentes para cada tipo de substância que se vai avaliar, por exemplo, há substância com vida curta no organismo, há substâncias que são excretadas pela urina, outras que são excretadas pelas fezes, outras que podem estar presentes no cabelo, mas, elas podem vir tanto do indivíduo quando de outras formas, da poeira, por exemplo, e assim por diante. Dessa forma, para cada matriz biológica (sangue, urina, cabelo ou outra) deverão ser definidos quais exames são mais adequados, incluindo a avaliação das substâncias de interesse para o evento, mas isso precisa ser definido pela auditoria independente que será contratada para o estudo; 5) **A coleta de material biológico dos estudos epidemiológicos para os exames incluirá mulheres grávidas e crianças?** Flávio Zambrone confirma que sim, que não há motivos para excluir essas pessoas porque não é um procedimento agressivo ou que traga qualquer risco para essas pessoas. O critério para inclusão de crianças e gestantes deve estar dentro daqueles critérios de estratificação; 6) **Como serão aferidas, nos estudos socioeconômico e etnográficos, as perdas econômicas sofridas pelas comunidades, durante e após, os eventos de 2018?** Diogo Chevalier responde que haverá uma auditoria socioeconômica e etnográfica, que determina o termo de referência e levantamento dos eventuais impactos experimentados pelos grupos sociais com pesquisas de percepção. Então, haverá pesquisa de percepção dentro desse item, além de estudos dos dados, das informações secundárias existentes. Após esse momento, abriu-se para os presentes se manifestarem. Mario Santos questiona sobre a confiabilidade do resultado do estudo, pois o termo de referência está sendo apresentado pela empresa envolvida. Ressalta que na última reunião do Comitê de Acompanhamento fez a solicitação de que estivessem membros do Comitê Técnico nas apresentações dos termos de referência para auxiliá-los com questões e dúvidas, ampliando a lisura e credibilidade no processo. Fabiano Azevedo concorda com Mário sobre a credibilidade para o acompanhamento do processo e a importância em se discutir também a metodologia com transparência. Relata que há pessoas que fizeram exames particulares sobre contaminação por metais em Barcarena e Abaetetuba, perguntando se esses exames pré-existentes da população serão considerados dentro das pesquisas, e se estudos anteriores, da época, serão pesquisados. Jackeline Sales apresenta cinco perguntas: **1)** sobre os institutos ou laboratórios que farão as análises toxicológicas e outras dentro dessa pesquisa, há laboratórios no Pará para esses exames e quantos laboratórios no Brasil são credenciados para esses exames? **2)** se há alguma referência na questão amazônica dentro do termo de referência que contemple particularidades regionais? **3)** em relação à questão dos níveis de metais pesados em

trabalhador da fábrica e de outras pessoas que não estariam expostas diretamente, haverá diferenciação? **4)** sobre os documentos anteriores, estudos, exames e pesquisas que já foram produzidos, eles serão levados em consideração, se sim, como será essa comparação com dados da época e atuais? **5)** foram feitas adaptações no último termo de referência apresentado ao Comitê, que levou ao atual atraso, assim, em qual estágio está o processo da contratação? Elidiane Cardim pergunta se há alguma empresa inscrita nos editais que foram abertos para as auditorias. Por fim, concorda com a fala de Mário Santos sobre a importância da credibilidade dos resultados dos estudos e da necessidade de presença de técnicos do MPF e da Semas do Comitê Técnico na reunião. Vagner Ferreira sugere às compromissárias em conhecer toda a região que está abrangendo suas atividades, levando em consideração as ilhas, como as que representa. Também concorda com a fala de Mário Santos sobre a importância da credibilidade dos estudos. Na sequência, os convidados retomam a palavra para apresentar respostas às questões. Andressa Santa Brígida inicia respondendo Jackeline sobre os **diferentes laboratórios** de análises, esclarecendo que os exames de sangue de rotina não são parecidos com os exames para a pesquisa de metais, pois os exames de rotina são mais popularizados, podendo-se fazer em uma gama de laboratórios, já os de metais, são complexos, com número limitado de laboratórios, com equipamentos mais precisos que avaliam quantidades muito baixas de componentes, e o laboratório precisa ter uma série de certificações para emitir os laudos. Sobre os diferentes **níveis de metais**, explica que há variação em relação à idade, por exemplo, crianças têm quantidades diferentes de adultos, assim como de mulheres grávidas, assim, a medição de metais, não é semelhante em cada grupo de indivíduos. Flávio Zambrone completa sobre os **laboratórios**, informa que no Brasil existem três ou quatro laboratórios que são capacitados para fazer exames de metais de forma correta; os outros laboratórios que fazem esses exames, eles somente colhem a amostra e enviam para esses laboratórios credenciados. Pode-se usar a estrutura de um laboratório ou hospital local para se coletar o material biológico e enviar as amostras para análise no laboratório credenciado. Reforça que é um exame muito complexo porque há risco de contaminação da amostra para o exame, assim, a coleta do sangue, da urina, do cabelo ou de outro componente, deve ser feita de uma forma que não se tenha contaminação. Os procedimentos devem fazer parte do protocolo de pesquisa, além de especificar qual a metodologia de coleta e onde será o laboratório. Flávio Zambrone continua com as respostas, fala sobre os **exames prévios**, reforça que sim, serão considerados dentro da pesquisa, esclarece que, no protocolo de pesquisa a ser apresentado, a contratada deverá propor a forma como irá levantar informações que já estão disponíveis, de doenças, de exames, de tudo que tiver disponível, além de considerar isso na escolha e na elaboração da metodologia do seu protocolo, tendo que justificar cada procedimento. Então, em síntese, as questões que envolvem a saúde, como os exames prévios, devem ser considerados para a elaboração do protocolo. Flávio Zambrone prossegue com as respostas à Jackeline, sobre **a questão da Amazônia**, informa que a equipe tem experiência em relação à região amazônica, que Andressa é do Pará, e que ele atua em trabalhos há anos com estudos sobre metais, desde a época da implantação de Carajás. Por exemplo, a questão específica das características da Amazônia, que é o consumo maior de peixe, consumo da água local, a questão do solo, responde que sim, que deve ser considerada como parte das informações que precisam ser levantadas e tratadas. Reforça que todo esse arcabouço de informação é necessário para que seja feito

o estudo adequado que traga a resposta e a **confiabilidade** que Mario citou no começo. Por fim, completa sobre a **questão dos valores de referência**, explica que, os valores devem ser diferentes para trabalhador que está na fábrica e para a população em geral. Confirma que há valores indicativos para se poder comparar e especificar determinadas faixas populacionais, por exemplo, criança é diferente de adolescente; de adulto; que é diferente de gestante e assim por diante. Andressa Santa Brígida complementa sobre a questão de níveis de referência, lembra que há normas do Ministério do Trabalho para exposições, que determinam escalas de trabalho de acordo com a atividade e de acordo com a substância potencialmente tóxica no ambiente de trabalho. E, para exposição populacional é diferente, e justamente nessa exposição populacional, existem os critérios de estratificação para mulheres grávidas, criança e para adultos. Diogo Chevalier responde a questão sobre os prazos, diz que esse termo de referência passou por aprovação recente do Ministério Público Federal, estando agora com a Semas para uma última revisão. Quanto à seleção de empresas, informa que ainda não começou o processo de concorrência, por isso ainda não tem nenhuma inscrita para este termo de referência, quando ele for aprovado completamente, começará o processo de lançamento do edital, abrindo o processo de concorrência. Em seguida, Mario Santos pergunta: quem elaborou o termo de referência, se foram os signatários com o apoio do comitê técnico? Diogo Chevalier responde que sim, que inicialmente a Hydro contratou uma organização que apoiou na primeira minuta do documento, havendo a contribuição da doutora Andressa Santa Brígida e de parceiros locais, em seguida, com o apoio do doutor Flávio Zambrone. Depois houve outra equipe de consultores para dar suporte, o Comitê Técnico, com análise também da Semas e do MPF. As partes fazem a análise, revisão e aprovação do termo de referência, que será a base para a contratação, e quem executará será uma empresa independente, que será contratada pela Hydro e paga por todo o processo que envolve o TAC, tendo o controle social do Comitê. Eduardo Gonçalves comenta sobre a aprovação recente do MPF, que foi no dia 29 de maio. Reforça que as decisões dos membros do Ministério Público Federal são apoiadas pelas câmaras técnicas, sendo a 4ª Câmara, do meio ambiente e patrimônio cultural, que dá suporte técnico para as decisões. Também esclarece que o Comitê Técnico, pela parte do MPF, não tem nenhum integrante com expertise nessa área abordada no termo de referência do estudo epidemiológico. Mas, a equipe da 4ª Câmara tem certo conhecimento, assim, pôde fazer o auxílio. Conclui que, **pelo Ministério Público Federal, houve a aprovação do documento, aguardando agora o posicionamento final da Semas.** Vera Nascimento pergunta: **haverá algum tratamento para as comunidades quilombolas a partir da convenção 169?** Em seguida, solicita, caso possível, **que uma pessoa da comunidade possa acompanhar os trabalhos, mesmo que essa pessoa seja leiga**, justifica que o acompanhamento mais próximo é uma forma de dar credibilidade e visibilidade para esse tipo de trabalho, pois não ficaria somente a equipe técnica em campo. Marcos Lobato solicita que na próxima reunião, a Semas apresente o resultado da sua avaliação para se ver a evolução desse processo todo. Por fim, pergunta, se a concentração de CO₂ no sangue vai ser avaliada? Fabiano Azevedo complementa: **quanto tempo a Semas precisará para fazer a avaliação final?** E, em seguida, em quanto tempo os signatários abrirão e concluirão a licitação? Por fim, pergunta em quanto tempo os exames começarão a ser feitos nas comunidades? Como a Semas não estava presente na reunião, **fica encaminhado o envio das questões para o órgão.** Rozemiro Brito também questiona sobre o tempo, e pergunta qual o prazo que a

empresa terá para fazer o estudo epidemiológico nas comunidades? Por fim, pergunta quais as comunidades que serão estudadas, **se será feito estudo em todas as comunidades das dez representações que compõem o TAC?** Jackeline Sales retoma duas questões anteriores, uma sobre os **laboratórios**, solicitando maior detalhamento; e sobre os níveis de referência, pergunta se há necessidade de se ter uma **comparação dos níveis** de Barcarena com outra localidade sem atividade industrial. Caso haja, qual seria esse local de ponto de comparação? Flávio Zambrone explica que há valores de referências para a população em geral e valores de referências para trabalhadores, e o que se deve usar é o valor de população em geral. E, quando esses valores de referências não estão disponíveis no Brasil, usa-se valores de referências da Organização Mundial de Saúde (OMS). Quando não estão disponíveis na OMS, usa-se os valores da agência ambiental dos Estados Unidos ou da União Europeia. Completa que, tanto os valores de referência quanto a questão de comparação (população controle), devem ser apresentadas na metodologia de quem vai ser contratada para o estudo. Sobre a questão apresentada por Marcos Lobato, Flávio Zambrone responde que o nível de CO₂ não se faz no diagnóstico por metais. Continua respondendo Vera Nascimento sobre a sugestão de acompanhamento das pesquisas. Relata que é importante, no entanto, que há limitações por se tratar de uma avaliação médica em relação à privacidade e ao sigilo médico das pessoas. Vera Nascimento esclarece que não se referiu às questões pessoais de sigilo médico, mas de forma geral, e em todas as auditorias, dando exemplo de acompanhamento dos estudos ambientais, como na coleta de peixe, água ou do solo, para entender como é realizado o procedimento, da mesma forma para a coleta de sangue ou cabelo, de forma geral, sem identificação das pessoas. Reforça a associação entre acompanhamento, visibilidade e credibilidade. Flávio Zambrone então responde que não haveria problema o acompanhamento geral, no que se refere à área dos exames médicos, como serão feitos, de que forma serão feitos, quais os cuidados que serão tomados etc. Jackeline Sales reformula a pergunta sobre os laboratórios de referência para os exames, gostaria de saber mais sobre quais são esses laboratórios, se são públicos ou privados, se o Laboratório Central do Estado do Pará, como órgão público, poderá ser utilizado na parceria para a coleta ou somente laboratórios privados? Justifica a pergunta informando que é um questionamento frequente das comunidades sobre os exames e laboratórios que são aceitos ou não para esse tipo de exame. Flávio Zambrone esclarece à Jackeline que a questão mais importante nesse tipo de exames, além da realização em si, da coleta da amostra que é criteriosa, do preparo dessa amostra, do frasco que será usado etc., a parte interna do laboratório, onde se fará o exame de metais, deve ter uma sala especial somente para isto, com todas as características para que não haja contaminação, e que não ocorra nenhuma interferência no exame. Assim, os laboratórios são poucos, relata que não tem conhecimento de nenhum público que faça o exame, pois há uma questão de acreditação e certificação dos laboratórios em nível nacional e internacional que é um investimento caro para os laboratórios públicos, pois há outras áreas da saúde que precisam também de investimentos. Conclui que, a contratada que irá fazer o estudo, deverá definir no protocolo de pesquisa quais são as características que irá trabalhar para os exames, podendo flexibilizar algumas características do laboratório, desde que a interferência não seja significativa no resultado do estudo que será apresentado. Diogo Chevalier responde as perguntas sobre os **prazos**, dizendo que são flexíveis. Inicialmente ele informa que há cinco meses no processo de licitação, pois as concorrentes podem

requisitar explicações adicionais sobre o serviço etc. Em seguida, após a empresa ser contratada, ela tem mais um prazo, que se chama de mobilização, para iniciar os trabalhos, que envolve recrutamento, compra de materiais, treinamento da equipe etc. Assim, trata-se de, no mínimo, cinco meses, a depender do andamento do processo de contratação. Elidiane Cardim pergunta, **qual o valor será destinado para esse estudo epidemiológico? E se esse valor já está estimado e destinado para o estudo?** Mário Santos pergunta, **se a contratada para o estudo irá apresentar seu plano de trabalho, metodologia e materiais a serem utilizados para Comitê de Acompanhamento?** Além disso, **solicita que a apresentação feita pelos convidados da Hydro, que seja compartilhada por e-mail com o Comitê.** Flávio Zambrone responde a Mário, dizendo que a contratada deverá obedecer aos critérios do chamamento do termo de referência e apresentar seu plano de trabalho aos Ministérios Públicos, à Hydro, etc. Assim, imagina que sim, seria possível apresentar ao Comitê de Acompanhamento. Mas que é necessário confirmar com os signatários. Edson Maciel comenta que é legítima a preocupação da sociedade civil com relação aos prazos e à credibilidade, e reforça que todo esse processo que envolve o TAC não é unilateral da Hydro e que existe uma governança global composta pelos Ministérios Públicos e pela Semas. Nesse sentido, entende que a empresa está trabalhando para que essa credibilidade seja construída ao longo dessa caminhada, com a transparência dos processos, como por exemplo, com a apresentação desse termo de referência na reunião do Comitê. Reafirma que todo o estudo será conduzido de forma independente pela contratada, que será contratada dentro de um processo seletivo que a Hydro irá fazer, mas que não é uma contratação para a Hydro, é sim uma contratação para atender a um item do TAC. Edson Maciel também responde à pergunta de Elidiane Cardim sobre o valor destinado ou estipulado para o estudo epidemiológico, dizendo que não tem essa informação no momento, mas que a pergunta pode ser enviada aos signatários e registrada como encaminhamento a ser respondida posteriormente. Por fim, Edson Maciel reforça a transparência em todo o processo, lembra que há questões que são emergenciais para a sociedade civil, mas que há outros pontos do TAC que trazem informações e benefícios para a comunidade, na medida em que se tem segurança no processamento das operações, sendo importante também que a sociedade civil acompanhe esses outros processos. Passou-se para o último ponto, definição da **3) Pauta e data da próxima reunião.** Como sugestão de pauta, houve a indicação de retomada da pauta pendente da 23ª reunião, que é sobre o plano de aplicação dos valores das multas no Fema. Também foi sugerida uma apresentação do termo de referência do item 5.1 do TAC. Os membros presentes se manifestaram concordando com a sugestão de pauta. Assim, a próxima reunião ocorrerá, ainda em formato virtual, com a seguinte pauta: **1) Atualização sobre o plano de aplicação das multas pagas ao Fundo Estadual de Meio Ambiente (Fema); e 2) Atualização sobre o Termo de Referência do item 5.1 do TAC, que trata da auditoria independente para o Plano de Ação de Emergência.** Ficando agendada a próxima reunião ordinária para o dia **26 de julho de 2022, às 14:30h.** Após as manifestações dos presentes, foi dada por encerrada a reunião às 17h28, o IEB, na condição de Secretaria Executiva, lavrou a presente ata.